

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Pedro Ivan Lemos Rappoport

MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS DESAPARECIDOS: A LUTA DAS *ABUELAS DE*
PLAZA DE MAYO (1977-2007)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BRASÍLIA
2017

PEDRO IVAN LEMOS RAPPOPORT

MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS DESAPARECIDOS: A LUTA DAS *ABUELAS DE
PLAZA DE MAYO (1977-2007)*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do grau de licenciado
em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Albene Menezes Klemi

BRASÍLIA
2017

PEDRO IVAN LEMOS RAPPOPORT

MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS DESAPARECIDOS: A LUTA DAS *ABUELAS DE PLAZA DE MAYO* (1977-2007)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Data da Defesa Oral: 03 de fevereiro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Albene Menezes Klemi (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ana Catarina Zema de Resende

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa

Suplente

Prof.^a Dr.^a Diva do Couto Gontijo Muniz

RESUMO

Este artigo trata da luta das Avós da Praça de Maio, movimento civil argentino não violento organizado inicialmente por poucas avós argentinas, em 1977, que cresceu ao longo dos anos e persiste até os dias de hoje. Essas avós se empenham em localizar e recuperar seus netos, sequestrados quando crianças ou desaparecidos logo após o parto e dados ilegalmente para adoção pela ditadura civil-militar argentina (1976-1983). São crianças e bebês órfãos da ditadura, filhos de pais considerados “subversivos” pelo regime que por sua vez sofreram uma das mais cruéis e até então rara forma de crime político, o desaparecimento forçado e clandestino de forma sistemática. A abordagem do tema prioriza aspectos relacionados com a memória e identidade dos netos desaparecidos, contextualizando-os no escopo ampliado da luta de parte da nação argentina pela memória, pela verdade e pela justiça das vítimas da ditadura. A questão relativa à “construção” da memória individual e coletiva dos desaparecidos e o direito à identidade oriunda de suas famílias biológicas norteia a problematização do tema. A narrativa embasa-se em conteúdo bibliográfico e de fontes documentais acessíveis na Web.

PALAVRAS-CHAVE

Avós da Praça de Maio, Movimento social, Memória, Identidade.

ABSTRACT

This article is about the struggle of the Grandmothers of the Plaza de Mayo, a non-violent Argentine civil movement organized initially by a few Argentine grandmothers, in 1977, that grew throughout the years and persists to these days. These grandmothers are engaged in locating and recovering their grandsons and granddaughters, kidnapped when still children or who went missing shortly after they were born by the adoption of the Argentine civil-military dictatorship (1976-1983). They are children and babies orphaned by the dictatorship, sons and daughters of parents considered “subversive” by the regime, who suffered one of the most cruel and even rare political crimes, the forced and clandestine disappearance in a systematic way. The approach of the theme prioritizes aspects related to the memory and identity of the missing grandsons, contextualizing them in the expanded scope of the Argentine nation’s struggle for memory, for truth and for justice for the dictatorship’s victims. The issue regarding the “construction” of individual and collective memory of those who are missing and the rights to identity through their biological families guides the problematization of the theme. The narrative is based on bibliographic contents and on documental sources accessible on the Internet.

KEYWORDS

Grandmothers of the Plaza de Mayo, Social movement, Memory, Identity.

AGRADECIMENTOS

Este artigo trata de um assunto muito pessoal e um conflito interno com o qual convivo constantemente. Apesar de terem se passado anos até conhecer a história da minha família, sempre tive uma sensação de ausência de identidade com o mundo que me cercava.

Estudar e conhecer a história das *Abuelas de Plaza de Mayo* permitiu que uma parte dessa identidade fosse (re)construída.

Não poderia ter realizado este trabalho sem o apoio e inspiração da minha mãe, Maria del Consuelo Lemos, que, apesar de ser um assunto doloroso para ela, se manteve próxima de mim no decorrer dos estudos e sempre buscou me ajudar de todas as maneiras possíveis, conversando e contando sua história ou buscando material para me ajudar.

Agradeço também meu pai, Jorge Roberto Rappoport, que, apesar da distância física, sempre me apoiou na escolha do tema e se manteve disposto a longas conversas de reestruturação de pensamento.

Sempre ao meu lado se manteve minha companheira, Fabrícia Medeiros Müller, aguentando todos os solavancos deste trabalho.

Agradeço também aos professores do departamento de História da UnB que me apoiaram nessa empreitada.

Agradeço também minha orientadora, Albene Menezes Klemi, pela orientação desta pesquisa e pelos momentos de aprendizado. Por todo o apoio dado e pelo interesse neste trabalho em toda minha trajetória como estudante, quando o tema era apenas um esboço dentro da minha cabeça, sempre me incentivando a trilhar um caminho repleto de novos saberes.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha abuela, Haydee Vallino de Lemos, la Aide.

Sua história de luta e força sempre me inspirou e inspirará a ser alguém melhor, e a nunca desistir.

E, também, a minha mãe, Maria del Consuelo Lemos, cuja força e vontade de seguir em frente nunca foi abalada pelas situações com as quais se deparou.

Hasta el olvido está lleno de memoria
– Mario Benedetti, escritor e poeta uruguaio

SUMÁRIO

Introdução	10
I. Contexto Histórico	14
1.1 A ditadura civil-militar	14
1.2 Volta à democracia	16
1.3 O sentimento argentino	17
II. Abuelas de Plaza de Mayo	19
2.1. Movimento e associação de direitos humanos pela busca de identidade.....	19
2.2. A “avozidade”, ou como a genética está ajudando a identificar os netos.....	25
2.3. Memória de reencontrados pelas Abuelas de Plaza de Mayo.....	27
Observações Finais	29
Referências Bibliográficas.....	32
Entrevistas.....	34
Portais	35

MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS DESAPARECIDOS: A LUTA DAS ABUELAS DE *PLAZA DE MAYO (1977-2007)*

Pedro Ivan Lemos Rappoport
Departamento de História - UnB

INTRODUÇÃO

Em um período dos mais violentos da História contemporânea da América Latina, o do ciclo de ditaduras civil-militares dos anos 1960-80, a Argentina se destaca por vivenciar um dos regimes que causou o maior número de vítimas na região, tanto em termos relativos como absolutos. Sob a ditadura (1976-1983), o país platino passou por um desmembramento de sua identidade e memória coletiva através do terrorismo de Estado que praticamente dizimou as forças de oposição armada e se tornou a ditadura mais sangrenta do Cone Sul. Os traumas gerados na sociedade se fazem visíveis ainda nos dias de hoje, quatro décadas depois de sua implantação, e têm seus desdobramentos constantemente revisitados. Ilustrativamente cita-se a questão em torno do número de mortos e desaparecidos recém polemizada pelo governo Mauricio Macri, que contesta a estatística da oposição à ditadura de que teria havido durante os sete anos de ditadura 30.000 pessoas detidas-desaparecidas e 500 crianças e bebês, filhos das vítimas da ditadura, apropriados pelos militares e dados ilegalmente para adoção.

A prática do desaparecimento forçado foi a tática militar utilizada para a produção do desconhecimento, que indefine, pela não existência de corpo, a memória e identidade de um indivíduo. Esse delito garante a impunidade de seus responsáveis, o desconhecimento de seus autores e impede os familiares e a sociedade de realizar ações legais contra os mesmos, infunde terror nas vítimas e na sociedade, e mantém divididos os cidadãos frente ao Estado (AGAMBEN, 1998). Constitui essa delinquência crime de lesa humanidade, uma ofensa que viola os Direitos Humanos.

Diante de tal violência, a sensação de impotência vivida pelos familiares das pessoas desaparecidas é extrema. Todavia, veio a inspirar um grupo protagonizado principalmente por mães, secundariamente por pais e familiares de desaparecidos, a iniciar um movimento de resistência não violenta com suas participantes se reunindo na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, exigindo notícias de seus filhos desaparecidos. O grupo seria conhecido como as *Madres de Plaza de Mayo*, surgido no mês de abril do ano seguinte ao da implantação da ditadura, em 1977. Sua presença semanal frente ao palácio sede do governo iniciou um processo de pressão nacional e internacional por respostas quanto ao destino dos desaparecidos na Argentina. Pouco depois, no mês de outubro daquele ano, algumas mães perguntavam-se pelos filhos de seus filhos, seus netos sequestrados ou por nascer de filhas e noras sequestradas ou desaparecidas, de elas buscavam saber o paradeiro. Essas avós se organizaram na *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo*, a qual juntamente com sua congênere, viria a ser uma das principais representações dos direitos humanos na Argentina após a ditadura.

Assim, observam-se, ainda no período da ditadura, alguns movimentos pacíficos de oposição que buscam construir uma memória dos sequestrados e desaparecidos, dentre os quais identifica-se a luta das *Abuelas de Plaza de Mayo*.

Essa iniciativa insere-se no escopo de ativistas dos movimentos de direitos humanos que têm na defesa da dignidade humana, na solidariedade e no trabalho coletivo seu esteio. Na Argentina, antes mesmo do 24 de março de 1976, quando foi dado o golpe de Estado que implantou a sua mais recente ditadura, ainda no ano de 1975, registra-se a formação da maior parte das entidades de direitos humanos, em decorrência do aumento da violência e da ação repressiva do Estado (PAULA, 2014).

No contexto ampliado que engloba o processo de instauração e aprofundamento da ditadura, redemocratização e período de democracia, desenrola-se a luta das avós da *Plaza de Mayo* pela memória de seus descendentes diretos, seus filhos, filhas, netos e netas; pelo direito a restituição dos netos e netas às suas legítimas famílias e às suas identidades roubadas. Assim, observa-se que essa é uma luta que persiste ao longo dos anos, que registra o passar da vida de crianças e bebês que vão se tornando jovens, adultos e por sua vez pais dos bisnetos daquelas avós, com direito à memória dos seus antepassados e identidades que teriam originalmente, mas que lhes foram ocultadas,

subtraídas. Por seu turno, no passar do tempo, essas avós gradativamente envelhecem, algumas têm seus passamentos naturais pela vida encerrados.

A memória desse grupo construída pelas avós se articula com a memória coletiva maior da nação, particularmente quando do restabelecimento da democracia e as construções de lugares da memória, como datas comemorativas, monumentos, o patrimônio arquitetônico representado por casas invadidas e alvejadas por tiros da repressão.

Desse universo, a questão relativa à “construção” da memória individual e coletiva dos desaparecidos e o direito à identidade oriunda de suas famílias biológicas norteia a problematização do tema nesse artigo. O período em foco estende-se de 1976, quando é dado o golpe que implanta a ditadura, até 2007, quando termina o governo de Néstor Kirchner, cobrindo desse modo, 30 anos da existência da *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo*. A narrativa embasa-se em conteúdo bibliográfico e de fontes documentais acessíveis na Web. A análise do tema é mediada pelos ensinamentos teóricos sobre memória e identidade.

Na literatura especializada, a memória é um conceito em intensa e constante construção em uma sociedade, seja de maneira individual ou de maneira coletiva - a partir de suas diversas vozes. Como afirma Jacques Le Goff, “o conceito de memória é crucial” (LE GOFF, 1984). Este conceito vem se modificando e se adequando quanto à sua função e acuidade nas diversas sociedades humanas, e tem importância fundamental nas discussões quanto ao problema da identidade. A memória, coletiva ou individual, é um dos elementos estruturantes na qual se baseia a identidade.

O conceito de memória, segundo Pollack, não é constituído apenas do que ocorreu no passado. Ela é transmitida como herança, não sendo apenas uma referência do indivíduo. A memória é construída de maneira consciente ou inconsciente, dando sentido à identidade: a construção da imagem própria do indivíduo, de si, para si e para os outros (POLLACK, 1992).

As memórias, tanto individuais quanto coletivas, são construídas na subjetividade e constituídas não apenas do passado, mas também do tempo presente e de seus

acontecimentos e conflitos, sendo um fenômeno de profundo caráter social. É a representação de um indivíduo inserido num contexto social, nacional ou não. “A memória opera por uma ligação com o passado, enriquecendo o presente, selecionando pela lembrança e pelo esquecimento o que se deve rememorar, sendo pleiteada também por fornecer um lugar de pertencimento, uma memória comum” (AMORIM, 2012, p. 109).

Existe uma ligação intrínseca entre memória e identidade. A memória é um elemento constituinte da identidade, “cria as condições para o desenvolvimento do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo no seu processo de construção de identidade” (AMORIM, 2012, p. 108).

Assim, este artigo se propõe a realizar uma análise da ligação entre memória e identidade, tendo como foco o contexto argentino durante e no pós-ditadura e a semiótica do movimento das *Abuelas de Plaza de Mayo*, que surge no país em busca da identidade dos desaparecidos durante o período de terrorismo de Estado.

Para Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. [...] A memória instala a lembrança no sagrado” (NORA, 1993, p. 9). A memória individual é seletiva, nem tudo é lembrado, nem tudo é gravado, nem tudo é registrado. Então, a identidade estaria comprometida por uma ‘memória incompleta’. Além disso, a memória, como lembra Pollak (1989), citando o caso de Stalin, está sujeita a disputas, “a verdadeira batalha”, quando se observa uma reviravolta na visão da história ligada a determinada linha política, o que pode acarretar destruição progressiva dos signos e símbolos que lembram determinado personagem ou acontecimento e a reabilitação de outros.

Como já aludido, esse artigo tem como objetivo investigar a luta das *Abuelas de Plaza de Mayo* em prol do direito de seus netos e netas conhecerem suas identidades subtraídas quando foram sequestrados-desaparecidos e na medida do possível a restituição dessas crianças às suas famílias biológicas e como nesse processo se construiu “lugares de memória” materiais e imateriais, na acepção de Nora (1993), com símbolos, objetos materiais concretos e abstratos, ritos e sentimentos de pertencimento, de

identidade, ora em disputa, ora em consonância com a linha política do regime ou governo de turno.

Para tanto, disserta-se brevemente sobre o contexto histórico argentino, o processo de ditadura civil-militar que se instaura no país e que cria um momento de terror nacional. As seções seguintes tratam do momento no qual a identidade dos desaparecidos é negada, a busca pela identidade e as *Abuelas de Plaza de Mayo* como estrutura de luta pela memória e identidade dos desaparecidos.

I. CONTEXTO HISTÓRICO

1.1 A ditadura civil-militar

Após um período instável e marcado por diversos conflitos e violência durante os anos 60 e 70, a Argentina sofre um golpe de estado em 24 de março de 1976 que instaura a ditadura civil-militar liderada por uma junta militar constituída pelos comandantes das três forças armadas: Jorge Rafael Videla, comandante do Exército; Emilio Massera, comandante da Marinha; e Orlando Agosti, comandante da Força Aérea.

Autodenominando-se de Processo de Reorganização Nacional, o governo militar caracterizou-se por uma política repressiva na linha do terrorismo de Estado, com forte violência política e perseguição aos opositores, sequestrando, torturando e assassinando impunemente milhares de dissidentes e suspeitos políticos de todos os tipos.

Entre os anos de 1976 e 1983 a Argentina vivenciou uma ditadura civil-militar que mancharia sua história, gerando traumas na sociedade que ainda se fazem visíveis e que tem seus desdobramentos constantemente revisitados. Durante os sete anos de ditadura, cerca de 30.000 pessoas foram detidas-desaparecidas e 500 bebês foram apropriados ilegalmente pelos militares. Os repressores utilizaram em grande escala Centros Clandestinos de Detenção (CCD) para executar o plano sistemático de desaparecimento de pessoas implementado pela ditadura civil-militar, onde torturavam, assassinavam e desapareciam com os corpos das pessoas detidas.

Como já mencionado, a prática planejada e sistemática do desaparecimento foi um viés do regime. Essa prática consistia no sequestro dos cidadãos considerados “subversivos”, os quais eram encaminhados para cativeiros ilegais, os CCDs, estimativamente em número de 300 espalhados por toda a Argentina, os quais geralmente localizavam-se nas instalações militares ou policiais. Nesses locais os presos eram torturados e, na maior parte das vezes, assassinados. Seus corpos tinham um fim que deveria impossibilitar suas localizações e identificações, foram enterrados em valas comuns, incinerados ou jogados ao mar, em operações chamadas “voos da morte”. Segundo relatos, nesse último caso, por vezes, as vítimas torturadas eram despidas e entorpecidas e arremessadas vivas no estuário do rio da Prata, que banha a Capital nacional. Como os corpos chegavam à fronteira do Uruguai, passaram depois a arremessa-los em alto mar. As presas grávidas, depois de parirem as crianças, tinham esse mesmo destino e seus bebês dados ilegalmente para pessoas do círculo militar ou simpatizantes do regime.

Nesse contexto de debilidade e vulnerabilidade extremas por parte dos familiares dos desaparecidos, é que se iniciam os movimentos de resistências *Madres de Plaza de Mayo* (abril de 1977) e *Abuelas de Plaza de Mayo* (outubro 1977). Essas associações inscrevem-se dentre as organizações de direitos humanos surgidas depois do golpe e formadas por familiares atingidos pela violência do regime e que se caracterizavam por utilizar uma linguagem mais emotiva e se destacavam pelo rigor de suas reivindicações, segundo Adriana das Graças de Paula (2014).

Além da repressão, a população em geral sofria também sob outras mazelas. Os problemas militares e econômicos do país foram ampliados pela implantação do regime ditatorial. Em 1981, o caos financeiro agrava a crise e desestabiliza as intenções dos militares de manterem-se no poder político da Argentina.

Em 1982, em meio à instabilidade e crise nacional, o governo militar buscava recuperar o prestígio frente à população argentina. Em abril do mesmo ano, o exército argentino desembarcou nas Ilhas Malvinas, empreendendo uma tentativa frustrada de guerra contra o Reino Unido. A Guerra das Malvinas (02/04/1982-04/06/1982) acabou sendo um dos maiores fracassos militares do exército argentino, e desencadeou a queda da terceira junta militar e o fim do regime civil-militar.

1.2 Volta à democracia

Em 1983 a Argentina elegia Raúl Alfonsín à presidência, seu primeiro presidente após o final da ditadura civil-militar, caminhando rumo ao reestabelecimento da democracia no país. Durante a campanha eleitoral, Alfonsín promete à população argentina, traumatizada pelo violento regime militar recém-derrubado, que não haveria impunidade para os crimes de terrorismo de Estado. Poucos dias após assumir a presidência, Alfonsín sanciona o decreto 157 – conhecido como Tesis “de los dos demonios” –, onde se ordenava julgar aos dirigentes das organizações guerrilheiras ERP (Exército Revolucionário do Povo) e Montoneros, e o decreto 158, onde se ordenava processar às três juntas militares que dirigiram o país desde o golpe militar de 24 de março de 1976 até a Guerra das Malvinas.

Registra-se que a tese ou teoria dos dois demônios “constitui uma versão mais apurada de uma interpretação surgida a partir de 1973, sobre a violência política produzida por grupos de esquerda e da direita” (PAULA, 2014, p. 123). Recai sobre essa teoria o fato de fazer equivalência entre as ações promovidas pelo Estado e as encetadas pelas organizações guerrilheiras, imputando igual peso aos dois polos. Análoga a essa teoria, formulou-se também a chamada “ideologia da reconciliação”, que apregoava ser de responsabilidade pela violência tanto os agentes do Estado, como os guerrilheiros. Desse modo, por serem ambos culpados, incentivava-se o esquecimento recíproco da culpabilidade; assim como a responsabilidade da sociedade face às arbitrariedades cometidas pelo regime. Por conseguinte, com o “esquecimento” recíproco, a reconciliação nacional deveria ser incentivada. Ademais, na busca para compreender e aceitar os posicionamentos de apoio da população ao regime, surgiu o chamado “mito da inocência”. Argumentava-se que esse apoio seria “devido à desinformação e manipulação sofridas pela sociedade, que, assim, terminava por apoiar a repressão aos grupos guerrilheiros e à guerra das Malvinas” (PAULA, 2014, p. 123).

Para esses argumentos que tentavam explicar as adversidades e polarizações na sociedade, e que em boa medida expressavam uma disputa em relação à construção da memória do regime da ditadura, nos termos do alhures mencionado no ensinamento de Pollak, no mesmo dia que por decreto foi “oficializada” a teoria dos dois demônios, foi criada também a CONADEP – *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*,

com o objetivo de esclarecer os fatos ocorridos no país durante o período da ditadura civil-militar instaurada em 1976. Esta comissão, integrada por personalidades independentes, foi instituída não para julgar, mas para receber, documentar e registrar relatos e provas de violações aos direitos humanos ocorridas durante o período do terrorismo de Estado, estabelecendo os métodos e esquemas utilizados pelas juntas militares.

1.3 O sentimento argentino

Após receber relatórios e denúncias sobre os desaparecimentos, os sequestros e as torturas acontecidos no período da ditadura, sob as mãos do regime, a CONADEP entregou ao presidente Alfonsín o relatório *Nunca Más* – título sugerido por um dos membros da comissão, o rabino Marshall Meyer, e que foi o slogan originalmente usado por sobreviventes do Gueto de Varsóvia em repúdio às atrocidades nazistas, carregando uma importante conotação social condizente com o momento –, dando base ao Juízo às Juntas Militares.

Julio César Strassera, o fiscal encarregado do juízo às juntas militares em 1985, enunciou: “Señores jueces: quiero renunciar expresamente a toda pretensión de originalidad para cerrar esta requisitoria. Quiero utilizar una frase que no me pertenece, porque pertenece ya a todo el pueblo argentino. Señores jueces: Nunca más”.

Ao final de 1986, o então presidente Raúl Alfonsín, buscando manter a estrutura política de seu governo e amenizar e conter as relações e o descontentamento dos oficiais militares argentinos, adota uma manobra que gera uma forte polêmica na sociedade argentina. Alfonsín anuncia um projeto que interrompia abruptamente a apresentação de denúncias às violações dos direitos humanos durante a ditadura e o direito ao reclame por justiça. Sanciona a lei 23.492 de *Punto Final* – que estabelecia a extinção de ação penal contra toda pessoa que tivesse cometido delitos vinculados à instauração de formas violentas de ação política até 10 de outubro de 1983 –, e a lei 23.521 de *Obediencia Debida* – que estabelecia a não admissão de prova contrária de que os delitos cometidos pelos membros das Forças Armadas cuja patente estivesse abaixo de coronel durante o período de terrorismo de Estado e de ditadura civil-militar não seriam puníveis, por terem

sido atuados em virtude da chamada “obediência devida” (conceito militar segundo o qual os subordinados se limitam a obedecer às ordens de seus superiores). (ABUELAS, 2007).

As leis sancionadas pelo presidente Alfonsín acarretam um profundo descontentamento na população argentina, com fortes questionamentos por parte das organizações de direitos humanos, de movimento estudantil e as forças políticas progressistas, e culminando em uma grande manifestação em Buenos Aires composta por diversas representações populares indignadas com o retrocesso que se dava apenas três anos após a Argentina recuperar sua democracia. Além de toda uma crise econômica que se agravou durante o período da ditadura civil-militar, a Argentina enfrenta também os traumas deixados pelo terrorismo de Estado e vive com as constantes e dolorosas lutas para se refazer de seu passado recente.

No fim dos anos 80, a Argentina enfrentava uma recessão e sofria com uma hiperinflação, tornando a situação ingovernável e forçando Raúl Alfonsín a antecipar sua saída do governo, entregando a presidência a Carlos Menem em 1989. O governo de Menem introduz uma série de reformas neoliberais, privatizando diversas empresas estatais a fim de controlar a crise e reestabelecer a base econômica do país. A Argentina vive um período de peronismo-neoliberal, apresentando um discurso de apelo popular e buscando a prosperidade do entre guerras e a reconstrução de uma nação que ainda sofre com os traumas que estão marcados na sociedade argentina. (ROMERO, 2006).

Seguindo, talvez, uma mesma lógica que seu antecessor Alfonsín adotou - de relações para manter a estrutura e inspirar os apoios de seu governo vinculando-se aos grandes grupos de poder econômico do país -, Carlos Menem sanciona uma série de decretos conhecidos como os indultos de Menem, direcionados a civis e militares que cometeram delitos durante o Processo de Reordenação Nacional. As leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida* e os indultos de Menem ficam conhecidas como as leis de impunidade.

As medidas do governo Menem conseguiram uma certa estabilidade econômica sem inflação significativa, mas apresentaram também sucessivas medidas de flexibilização trabalhistas, aumento do desemprego e subemprego e terceirização de atividades. Dentro de uma constante crise econômica que desestrutura a Argentina, mais

uma vez a população questiona as leis de impunidade aos crimes de lesa-humanidade que ainda marcam a memória do país e baseiam o dilema social, político e sistêmico. A sociedade argentina sofre um dilema constante de consciência e a necessidade de reparar o dano causado pelo terrorismo de Estado.

A política neoliberal do governo Menem se apresenta dentro de uma teoria macroeconômica que gera consequências bem características: concentração de renda, perda da soberania estatal e miséria para a maioria da população. Em decorrência do grande caos social que se instaura no frágil Estado argentino, o país é assolado por uma onda de descontentamento e pessimismo da população, que está exausta com essa situação.

II. ABUELAS DE PLAZA DE MAYO

2.1. Movimento e associação de direitos humanos pela busca de identidade

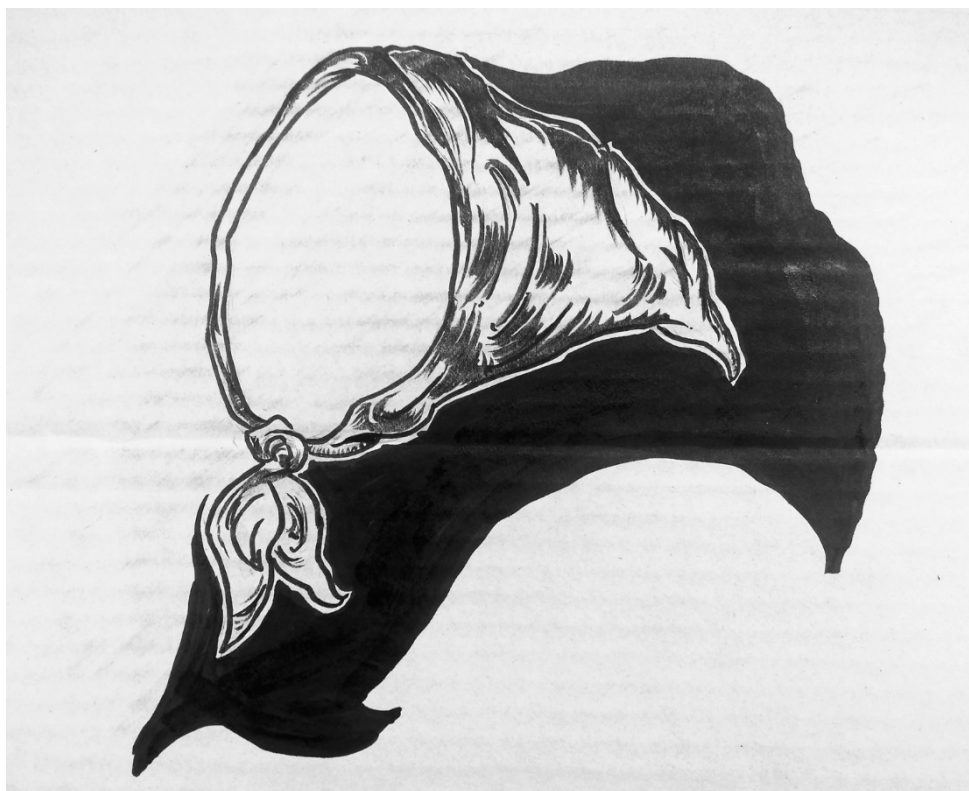
Em 30 de abril de 1977, convivendo com a sensação de impotência de terem batido em portas de ministérios, quartéis, igrejas e hospitais recebendo sempre um silêncio cúmplice como resposta às suas indagações quanto aos seus entes queridos desaparecidos, um grupo de mães iniciou um movimento de resistência não violenta em frente à casa do governo na Plaza de Mayo, exigindo conhecer o destino de seus filhos e uma punição aos culpados pelos desaparecimentos. O grupo seria conhecido como as *Madres de Plaza de Mayo*, e sua presença semanal em frente à casa de governo incrementou um processo de pressão nacional e internacional quanto ao destino dos desaparecidos na Argentina.

As reuniões semanais seriam feitas às quintas-feiras das 15h30 às 16h00, por ser um dia e um horário no qual havia maior movimento em um local estratégico, na Plaza de Mayo, largo simbólico e central de Buenos Aires, onde se comemora, desde o primeiro aniversário, a Revolução de Maio de 1810, marco da independência do país e de onde se irradiam vários logradouros importantes da Capital, nas proximidades da qual se localizam edificações sedes das instituições da nação, a exemplo da Casa Rosada, palácio do governo nacional.

A polícia as impediu de se reunirem, argumentando que um decreto estabelecia o estado de sítio e as reuniões estavam proibidas, e mandou o grupo circular. Então elas começaram a dar voltas em silêncio pela *Pirâmide de Mayo*, símbolo da liberdade, transformando a ordem policial na *ronda de los jueves*.

Para se reconhecerem em meio às muitas pessoas que buscavam respostas, as mães começaram a usar um lenço branco na cabeça, com duas pontas amarradas embaixo do queixo. Esse lenço representava seus filhos, e se tornou o símbolo das *Madres de Plaza de Mayo*. Esse símbolo, posteriormente, foi adotado também pelas *Abuelas de Plaza de Mayo*.

Figura 1 – Lenço símbolo das *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*



Fonte: Ilustração do autor

A marcha foi a oportunidade para que muitos argentinos descobrissem que haviam pessoas desaparecidas na Argentina, e que suas mães as queriam de volta.

Poucos meses após o início da *ronda de los jueves*, em abril de 1977, um grupo de mulheres se perguntava quem estaria buscando aos filhos de seus filhos desaparecidos.

Juntaram-se então para, a partir de outubro de 1977, iniciar um processo de busca e luta coletiva que segue até hoje. Esse grupo se nomeou de *Abuelas Argentinas con Nietitos Desaparecidos*, e mais tarde adotaram o nome pelo qual a mídia internacional as chamava, *Abuelas de Plaza de Mayo*. (ABUELAS, 2007).

Figura 2 – Reunião das *Abuelas de Plaza de Mayo*



Fonte: www.abuelas.org.ar

In: <<https://www.abuelas.org.ar/archivos/descarga/FotosPrensa.zip>>

(Acesso em 20 de dezembro de 2016)

A ditadura negava a existência de desaparecidos, e justificava suas ações pelo argumento de que havia uma guerra acontecendo dentro do país. A busca das *Abuelas* foi incansável, aos poucos decifrando os labirintos da burocracia que protegia os militares e o paradeiro dos filhos dos desaparecidos. Mas ficava cada vez mais claro que os militares e os funcionários cúmplices consideravam os filhos dos desaparecidos como um “espólio de guerra” para entregar a famílias vinculadas às forças repressivas.

O esquecimento passou a não ser aceitável às *Abuelas*. Os lenços na cabeça passaram a carregar também lembranças de seus filhos e netos desaparecidos, juntamente com cartazes com fotos durante as marchas, explicitando à sociedade nacional e internacional que os desaparecidos não estavam esquecidos. A memória dos desaparecidos é uma constante na sociedade argentina.

Figura 3 – Marcha das Abuelas de Plaza de Mayo



Fonte: www.abuelas.org.ar

In: <https://www.abuelas.org.ar/archivos/descarga/FotosPrensa.zip>

(Acesso em 20 de dezembro de 2016)

A associação das *Abuelas de Plaza de Mayo* se tornou uma referência nas questões dos direitos humanos e direito à identidade, tendo como objetivo localizar e restituir às suas famílias legítimas todas as crianças sequestradas-desaparecidas durante a ditadura civil-militar argentina, buscando criar condições para prevenir os crimes de lesa humanidade e conseguir uma punição condizente a todos os responsáveis.

Figura 4 – Marcha das Abuelas de Plaza de Mayo



Fonte: www.abuelas.org.ar

In: <<https://www.abuelas.org.ar/archivos/descarga/FotosPrensa.zip>>

(Acesso em 20 de dezembro de 2016)

Em 1992, a associação das *Abuelas de Plaza de Mayo*, que, desde sua fundação em 1977, busca instaurar na sociedade argentina a consciência do Direito pela Identidade, solicita ao governo a criação da CONADI – *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad*. Tendo como objetivo inicial a busca e localização dos filhos e netos desaparecidos durante a ditadura civil-militar, a CONADI inaugura uma nova forma de trabalho conjunto entre uma ONG e o Estado argentino.

Em 1994, é fundada a organização de direitos humanos H.I.J.O.S. - *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*, composta pelos filhos de desaparecidos durante a ditadura civil-militar, que dá continuidade à luta das *Abuelas*. Através do *escrache*¹, a organização H.I.J.O.S. passou a denunciar a impunidade dos genocidas da ditadura civil-militar liberados pelo indulto concedido pelo então presidente Carlos Menem.

¹ Escrache é um protesto baseado na ação direta, no qual um grupo se dirige à residência ou local de trabalho de alguém que se queira denunciar e se fazer conhecido à opinião pública.

O neoliberalismo de Menem segue até 1999, quando é eleito Fernando de la Rúa. Seu governo foi marcado pelo aumento do desemprego, da pobreza e da dívida externa. Tendo um plano de governo insuficiente para atender aos problemas socioeconômicos da população, a Argentina volta a ser assolada por um descontentamento generalizado, com o povo saindo às ruas para realizar fortes protestos contra o governo. A força da população argentina é marcante nesse período pós-ditatorial. A voz que foi reprimida de forma tão violenta pela ditadura agora ecoa e demonstra a vontade de mudança popular.

Em 2003 inicia-se o período pós-liberal da democracia Argentina, quando o peronista Néstor Kirchner assume a presidência da Argentina, registrando já no início de seu mandato uma rápida recuperação econômica. Também apresentou um governo de forte apoio aos direitos humanos, fazendo uma crítica pública às violações cometidas durante a última ditadura civil-militar e convidando para fazer parte de seu governo membros de organismos de Direitos Humanos.

Em 2004, é aprovada a conversão da ESMA – Escola Superior de Mecânica da Armada (o centro clandestino de detenção e tortura mais ativo utilizado pela repressão argentina), no *Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*, centro de memória para recordar o terrorismo de Estado, a repressão e promover o respeito aos Direitos Humanos.

Seguindo a inspiração peronista, durante o Kirchnerismo deu-se ampliação de direitos e a valorização das políticas de inclusão social. Também houve crescimento das políticas de apoio à construção de memória e de consciência do direito pela identidade e caracterizam o Estado argentino em busca da reparação da identidade nacional e dos Direitos Humanos.

Em 2006, as Madres y Abuelas de Plaza de Mayo realizaram a última Marcha da Resistência, manifestação pública anual realizada desde 1981 com objetivo de reclamar a vigência dos direitos humanos.

2.2. A “avozidade”, ou como a genética está ajudando a identificar os netos²

Ainda no período da ditadura civil-militar, os primeiros netos começaram a ser encontrados. No caminho de busca pelos netos desaparecidos, as Abuelas de Plaza de Mayo se depararam com um problema crucial de sua luta: como provar que de fato eram os netos que elas buscavam.

Segundo Salas (2015), foi através de um pequeno artigo de jornal que uma das avós se deparou com a notícia de um homem que se submetera a um exame para demonstrar sua paternidade através de uma prova sanguínea. Ali estava uma chave de identificação com base em material de paternidade, de material biológico comparado de uma geração para sua sucessora imediata. Decorrente dessa informação, as Abuelas iniciaram um contato com a comunidade científica questionando se seria possível identificar uma criança através de seu sangue, seu material genético, se os pais não estão presentes.

O geneticista argentino Víctor Penchaszadeh, exilado da ditadura, brindou as Abuelas com as primeiras boas notícias. Havia algum tempo, as Abuelas viajavam o mundo em contato com a comunidade científica em busca de um cientista que lhes oferecesse alguma luz a partir daquela notícia do teste de paternidade: se é possível comprovar a paternidade, devia ser possível provar a “avozidade”, ouviram de Penchaszadeh (SALAS, 2015).

Daí formou-se um grupo com geneticistas dispostos a ajudar as Abuelas de Plaza de Mayo. Esses cientistas desenvolveram um método para saber se uma criança era neta, de fato, de uma das avós com base no cálculo matemático-probabilístico. Esse método, pode-se dizer pioneiro, de identificação genética foi chamado “índice de avozidade” (“índice de abuelidade”). No decorrer dos trabalhos, Penchaszadeh introduziu ao grupo a

² Este item se baseia, em parte, nos dados e informações do artigo de Javier Salas - “Como a ciência se aliou às Avós da Praça de Maio para achar seus netos” -, publicado no jornal El País, versão eletrônica em português, datada de 15/09/2015, disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/04/internacional/1441363331_846341.html>, acessado em 20 de dezembro de 2016, e na entrevista de 2010 – “Las Abuelas y la Genética” - com o Dr. Diego Golombek, disponível em <<https://www.abuelas.org.ar/video-galeria/clase-las-abuelas-y-la-genetica-diego-golombek-235>>, acessada em 20 de janeiro de 2017.

prestigiosa geneticista Mary-Claire King³, que aderiu à causa sem pestanejar, e hoje é um destaque por seu trabalho em favor dos direitos humanos, que começou graças às Abuelas. Fato é que, a partir desses estudos, uma neta localizada em 1983 pôde ter sua identidade relacionada com parentesco genético restituída, em 1984. Trata-se de Paula Eva Logares, então com oito anos, a primeira neta judicialmente recuperada. (SILVA, 2014).

Figura 5 – Mary-Claire King, à esquerda, mostra um estudo de DNA às Abuelas Nélide y Estela.



Fonte: www.abuelas.org.ar

In: <https://www.abuelas.org.ar/archivos/descarga/FotosPrensa.zip>

(Acesso em 20 de dezembro de 2016)

Em 1987, foi criado, durante o governo de Raúl Alfonsín, o *BNDG – Banco Nacional de Datos Genéticos*, que guarda a informação genética das famílias que buscam seus parentes roubados/desaparecidos.

À época, o trabalho com DNA ainda não estava suficientemente desenvolvido, e o grupo trabalhava através das provas de histocompatibilidade, o índice de “avozidade” sendo uma fórmula matemático-probabilística que evoluiu com o avanço da ciência para,

³ Mary-Claire King veio a se tornar famosa pela descoberta do gene do câncer de mama e “já em 1973 tinha causado comoção no mundo ao identificar que humanos e chimpanzés são geneticamente idênticos em 99%” (SALAS, 2015, p. 2).

depois de 2001, passar às análises bioinformáticas do DNA. Com o teste de DNA, não haveriam dúvidas.

Em sua busca incansável, as Abuelas se aliaram à ciência e contribuíram para avançar o campo da genética, que tinha um passado obscuro por ter sido usada para violar os direitos humanos durante muito tempo. A geneticista Mary-Claire King comentou que “Nós usamos a genética para construir casas indestrutíveis para a volta das crianças roubadas” (SALAS, 2015). A ciência se pôs aos serviços dos Direitos Humanos, a genética se tornando uma ferramenta para fazer valer os Direitos Humanos.

2.3. Memória de reencontrados pelas *Abuelas de Plaza de Mayo*

A luta das Abuelas permitiu que vários netos fossem reencontrados. Os netos que foram desaparecidos durante o regime militar, como já mencionado, foram privados de suas identidades e entregues em sua maioria a famílias ligadas à repressão.

Haydee Vallino de Lemos (la Aide) teve dois dos seus três filhos desaparecidos, e junto com as Abuelas pôde encontrar sua neta Maria José, que havia nascido em um CCD e sido entregue a uma policial que lá “trabalhava”. Maria José acompanhou a luta e seguiu trabalhando com as *Abuelas de Plaza de Mayo* na busca de outros netos.

Figura 6 – A Abuela Haydee Vallino e sua neta Maria José.



Fonte: Acervo pessoal.

O processo de recuperação de identidade e de memória acompanha esses netos reencontrados pelas Abuelas. “Não sou um militante, mas o direito à identidade é fundamental”, comenta Ignacio Montoya Carlotto, neto de Estela de Carlotto, presidente das *Abuelas de Plaza de Mayo*⁴. As marcas dessa memória criada e identidade tomada são profundas e os acompanham de perto, afetando sua visão de mundo e dificultando suas relações sociais e o estabelecimento de vínculos.

A memória desses netos é permeada pelo torpor da privação de identidade que viveram. Vitória Analía Donda Pérez, que foi registrada pelos seus apropriadores como se tivesse nascido dois anos após seu nascimento de fato, diz que “é como ter vivido dois anos em coma, despertar e sentir que esse tempo desapareceu”.

Mas a busca das Abuelas permitiu aos netos reencontrados recuperarem parte de sua memória e identidade. A neta Tatiana Sfiligoy diz que conhecer sua história “repara e cura”.

⁴ Embora o recorte temporal deste artigo centre-se no período de 1976 até 2007, replicam-se alguns depoimentos (disponíveis para acesso em < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/28/fotorrelato/1430230092_685702.html>) de netos recuperados depois desse interstício, como é o caso de Ignacio Guido Montoya Carlotto, nascido em 1978 e recuperado em 2014. Ignacio, o neto recuperado 114, é o neto da presidente das Abuelas, Estela de Carlotto (1930 - ...).

OBSERVAÇÕES FINAIS

A partir de uma herança de ideais de justiça social e defesa dos interesses populares, a sociedade argentina luta pela consciência dos direitos e a construção da memória nacional apesar do trauma da violência de seu passado recente.

Esse trauma vivido pelo país não foi algo que ficou apenas como um triste passado. É algo que ainda vive nos dias de hoje, pois ainda não se colocou um ponto final na memória de quem teve seus parentes sequestrados e desaparecidos, não tendo uma confirmação quanto ao fim de sua história. Seus desdobramentos são constantemente revisitados. É essa constante memória que estrutura a consciência pelo direito à identidade argentina. A população argentina não irá esquecer o trauma sofrido, o que faz com que se construa uma memória nacional com consciência do que aconteceu e, ao mesmo tempo, que não deixará essa memória ser esquecida ou que se repita.

Através dos processos de juízo aos militares e envolvidos na ditadura civil-militar e do reconhecimento do Estado e da sociedade desses indivíduos, é possível ter um certo nível de reparação social aos que ainda sofrem, mesmo após 33 anos do fim do regime, com as repercussões da ditadura civil-militar.

A constante luta das *Abuelas de Plaza de Mayo* colabora profundamente para (re)construir a memória coletiva a partir das memórias individuais dos desaparecidos, através da busca por instaurar na sociedade argentina a consciência do Direito pela Identidade. A partir da busca pela identidade por parte das *Abuelas* percebemos as nuances dos símbolos, como o lenço de cabeça que as representa, que amparam o não esquecimento dos desaparecidos, a constância da memória, dando consciência à identidade nacional argentina através da memória.

A associação das *Abuelas de Plaza de Mayo* é um movimento de direitos humanos que luta pela defesa da dignidade humana, pela solidariedade e pelo trabalho coletivo. Deixaram sua marca não apenas na Argentina, mas também tiveram reconhecimento, destaque e importância na comunidade internacional. O trabalho que realizaram na busca dos netos e a luta por meios de recuperação e confirmação de identidade permitiu a frágil reparação da memória dos netos desaparecidos.

Todavia, nem tudo são flores nessa luta incansável a envolver tantas esferas e personagens. Nem todos os netos recuperados o foram quando ainda eram crianças, como o caso da neta número 1, Paula Eva Logares. Muitos, já adultos e com identidades construídas em torno dos valores e circunstâncias do parentesco civil, com pais que, em parte considerável dos casos, eram tidos e havidos como pais naturais, biológicos. Como processar uma nova identidade, novos nomes, novos valores que se lhes apresentam quando já se é adulto? Geralmente os relatos identificados no âmbito do levantamento de informações da pesquisa que embasam o presente artigo são conciliadores com a nova realidade da memória.

O vai e vem da disputa pelo direito à memória e identidade lastrado por decisões judiciais e políticas criaram cisões no seio da nação. Assim é que, se por um lado as Avós defendem o direito da família biológica recuperar seus netos, mesmo que para tanto sejam forçados a se submeter a exames comprobatórios de pertencimento genético, por outro registram-se casos de recusa de apropriados em submeter-se voluntariamente ao exame de DNA, inclusive com receio de consequências penais sobre os pais civis que os criaram, uma vez que a apropriação foi juridicamente considerada crime. Ilustrativamente cita-se a decisão da Corte Suprema, em 2003, em assegurar que

Uma jovem nascida na ESMA não poderia ser submetida à prova sanguínea contra sua vontade. Dessa decisão derivou a busca de vias alternativas para restituição de identidade de jovens nascidos em cativeiros ou sequestrados ainda bebês, garantindo a seus familiares biológicos o direito à justiça e à Verdade. (SANJURJO, 2013, p. 203).

Em consequência dessa decisão, a partir de 2006, por meio de ordem judicial, passou-se a exaurir mandados de busca e recolhimento de material genético eventualmente presentes em objetos de uso pessoal. (SANJURJO, 2013).⁵ Assim, ao assegurar o direito da família biológica à memória, identidade e verdade sobre seus netos biológicos sequestrados-desaparecidos, criou-se um conflito de interesse e uma polêmica no seio da sociedade argentina, expressando mais uma de várias facetas da disputa pela memória.

⁵ Esse tipo de procedimento é legitimado, em 2009, pela Corte Suprema da nação.

Assim, pelo que foi narrado nesse artigo, pode-se concluir que a luta das *Abuelas de Plaza de Mayo* reflete, em muitos sentidos, os postulados de Pierre Nora e Michael Pollak sobre memória e identidade, tanto quanto à disputa pela memória, quanto aos elos entre memória e identidade e que gradativamente, essa luta assume uma representação do passado, na acepção de Pierre Nora; ou seja, torna-se história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUELAS. *Historia de Abuelas*. 30 años de búsqueda – 1977-2007. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. *História, memória, identidade e História Oral*. Jus Humanum – Revista eletrônica de ciências jurídicas e sociais da Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, v. 1, n. 2, jan/jun, 2012. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/jus_humanum/article/viewFile/75/53>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

COSTA, Sergio. *Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 35, p., 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

BEVERNAGE, Berber; AERTS, Koen. *Haunting pasts: time and historicity as constructed by the Argentine Madres de Plaza de Mayo and radical Flemish nationalists*. Social History, 34:4, 2009. p. 391 – 408. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03071020903256986>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

ECO, Umberto e SEBEOK, Thomas (org.). *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres*. Buenos Aires: Norma, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaina (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 2013.

NOSIGLIA, Julio. *Botín de Guerra*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PADILLA, Fernando Camacho. *La construcción histórica de la represión de Argentina y Chile - las Comisiones de la Verdad como instrumentos de narración oficial*. *Revista de Historia Iberoamericana*. Espanha, v. 7, n. 1, p. 35-74, 2014. Disponível em: <<https://revistahistoria.universia.net/issue/view/34>>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

PAULA, Adriana das Graças de. *Pensar a democracia: o movimento feminino pela anistia e as Mães de Praça de Maio (1977-1985)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015-185723/pt-br.php>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PLOTKIN, Mariano. *La ideología de Perón: continuidades y rupturas después de la caída*. In AMARAL, Samuel e PLOTKIN, Mariano. *Perón: del exilio al poder*. Buenos Aires, Eduntref, 2004.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

_____. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 28 de setembro de 2016.

Proyecto Desaparecidos - Argentina. *Nunca Más*. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2008.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANJURJO, Liliana. *La Sangre no Miente: Memória, identidade e verdade na Argentina pós-ditatorial*. In: Revista de Antropologia da UFSCar, vol. 5, n. 2, jul.-dez., p. 200-224, 2013. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol5no2_14.lilianaSanjurjo.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado - História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Teorias do Símbolo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

ENTREVISTAS

LAS ABUELAS Y LA GENÉTICA. Entrevista com o Dr. Diego Golombek. Buenos Aires, 2010. Entrevista, 16'52". Disponível em: <<https://www.abuelas.org.ar/video-galeria/clase-las-abuelas-y-la-genetica-diego-golombek-235>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

PORTAIS

Abuelas de Plaza de Mayo. Disponível em: <<https://www.abuelas.org.ar/>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

ELIANO, Mariana. *Reencontrados na Argentina*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/28/fotorrelato/1430230092_685702.html>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

SALAS, Javier. *Como a ciência se aliou às Avós da Praça de Maio para achar seus netos*. Publicado no jornal El País, versão eletrônica em português, datada de 15/09/2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/04/internacional/1441363331_846341.html>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Pedro Ivan Lemos Rappoport, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Memória e Identidade dos Desaparecidos: a luta das Abuelas de Plaza de Mayo (1977-2007)* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 31 de janeiro de 2017